

# 1. A União Soviética e o início da Segunda Guerra Mundial: mitos e verdades

*Ricardo Quiroga Vinhas*

## *Introdução*

A participação e o papel da União Soviética na Segunda Guerra Mundial é um dos temas mais debatidos até hoje, sendo frequentemente alvo de distorções históricas por parte do Ocidente. Este capítulo pretende analisar os eventos que antecederam o conflito, destacando o papel das potências ocidentais no apaziguamento e na ascensão do nazismo, bem como sua conivência com o projeto expansionista de Hitler em direção à União Soviética. O objetivo do texto é desmistificar as interpretações revisionistas empregadas pelo Ocidente a respeito da guerra, apresentando uma análise embasada em documentos históricos e mostrando que os soviéticos sempre foram os mais empenhados em evitar a catástrofe da guerra em solo europeu. Ainda assim, as boas intenções de Moscou em deter a Alemanha de Hitler eram constantemente ignoradas por potências como Inglaterra e França, que tacitamente incentivaram a expansão alemã para o leste, ansiando pelo confronto inevitável entre alemães e soviéticos. Ao expor a hipocrisia ocidental da época, o capítulo restaura, portanto, a compreensão do papel crucial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para a derrota do nazismo, restabelecendo a justiça histórica e desmascarando as inverdades proferidas por europeus e norte-americanos a respeito da Segunda Guerra Mundial.

## *Mitos e verdades*

No momento em que se comemoram os 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, fortalecem-se correntes revisionistas eivadas de um anticomunismo e de russofobia. Um movimento que já existia por conta da Guerra Fria e que ganhou força com o fim da URSS e do campo socialista do Leste Europeu, apresentando interpretações que desconsideram e desrespeitam a memória histórica dos milhões de vítimas do conflito. Um exemplo emblemático dessa tendência revisionista manifesta-se na decisão do governo polonês de não convidar representantes russos para a cerimônia comemorativa dos 80 anos da Libertação do Campo de Extermínio de Auschwitz pelas tropas soviéticas, que salvou a vida de milhares de prisioneiros judeus. Curiosamente, membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) foram convidados para o evento, embora suas forças não tenham participado da libertação do campo. Pelo contrário, os aliados ocidentais demonstravam ceticismo em relação às evidências do Holocausto e à existência dos campos de extermínio, interpretando tais informações como elementos da “propaganda soviética”.

Hoje vivenciamos tempos de pós-verdade, *fake news* e manipulação das redes sociais pelos algoritmos, algo propiciado pelas tecnologias recentes, que frequentemente dão voz a argumentos fracos e a falsificações históricas, como é o caso da imputação de culpa à União Soviética pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, tese essa defendida pelo Ocidente coletivo. Então, fica a pergunta: Quais são os objetivos do Ocidente ao falsear o papel soviético na Segunda Guerra Mundial? Obviamente, em primeiro lugar está a questão da disputa capitalismo *versus* socialismo, iniciada com a Revolução Russa de 1917. Todo tipo de calúnias e de propagandas falaciosas foi criado contra a primeira experiência socialista do mundo, para evitar que o exemplo fosse seguido e replicado em outras partes.

Com a ascensão do nazismo em meados dos anos 1930, o Ocidente fez de tudo para empurrar a Alemanha para o leste contra o inimigo comum: a URSS. Como Hitler não eliminou o capitalismo, mas o reforçou<sup>1</sup> (do mesmo modo que Mussolini já havia feito na Itália), ele recebeu todo tipo de apoio

---

<sup>1</sup> Eliminando partidos de esquerda, sindicatos, aprisionando inimigos políticos em campos de concentração, entre outras medidas.

e tolerância por parte de países como França, Inglaterra, Estados Unidos da América etc. Não importavam naquele momento o antissemitismo (algo difundido pela Igreja Católica na Idade Média e aplicado em maior ou menor grau por outros países europeus), o fim da democracia burguesa, nem mesmo o rearmamento violando o Tratado de Versalhes,<sup>2</sup> uma vez que a Alemanha Nazista era um excelente aríete contra a pátria do socialismo. De maneira análoga, esse fenômeno manifestou-se no contexto asiático, evidenciado pela prolongada tolerância das potências ocidentais em relação à política imperialista japonesa, que resultou na invasão e na ocupação de extensas regiões da China, da Península Coreana e de outros territórios do Sudeste Asiático.

Entretanto, embora visceralmente anticomunista, Hitler tinha sua própria agenda geopolítica. O desenrolar rápido dos acontecimentos fez com que, tanto à época como posteriormente, as potências ocidentais procurassem minimizar as suas responsabilidades em relação à violência perpetrada pelo Eixo. Para analisar e contrapor-se a mitos, farsas e distorções históricas construídas em torno do papel da URSS na Segunda Guerra Mundial, torna-se necessário, então, examinar os preâmbulos desse grande conflito. São essas questões, portanto, que este capítulo visa endereçar.

## *O Pacto de Munique*

Após a anexação da Áustria pela Alemanha, em 1938, ignorada pelo Ocidente ante a suposta “identidade germânica” comum aos dois países, o dirigente do recém-formado Partido dos Alemães dos Sudetos (equivalente tcheco ao partido nazista), Konrad Henlein, defendeu em Karlovy Vary<sup>3</sup> a autonomia dessa região da então Tchecoslováquia. Seu exemplo foi seguido por seu homólogo na Eslováquia, Hlinka, do Partido Católico Eslovaco, também de orientação fascista, que se dizia preocupado com a “defesa” dos interesses de uma minoria germânica supostamente oprimida. Imediatamente Hitler declarou apoio a esse movimento e ameaçou invadir a Tchecoslováquia em maio de 1938.

---

2 Tratado de paz que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, elaborado pelos vencedores – França, Inglaterra e Estados Unidos –, que, entre outras humilhações impostas à Alemanha, limitou o tamanho de suas Forças Armadas.

3 Cidade da região ocidental da atual República Tcheca.

Hitler desejava os Sudetos, pois eram uma fronteira natural bem defendida entre a Tchecoslováquia e a Alemanha, uma região montanhosa com *bunkers* e trincheiras que permitiriam uma defesa sólida contra qualquer invasão. A anexação dos Sudetos seria o primeiro passo para a ocupação do país, de localização estratégica no centro da Europa e possuidor de uma base industrial e militar considerável. Naquele momento, a Tchecoslováquia contava com o pacto de assistência militar mútua assinado com a França e a União Soviética em 1935, possuindo, em tese, uma situação defensiva sólida. Entretanto, a França pouco se importava com a soberania tchecoslovaca. No mais, ingleses e franceses queriam a todo custo evitar um conflito direto com a Alemanha e optaram por apaziguar Hitler. O Primeiro-Ministro britânico Chamberlain era o porta-voz dessa posição, apoiado pelo *premier* francês, Edouard Daladier, ambos passando por cima do vacilante governo tchecoslovaco.

A ameaça de Hitler sobre o país vizinho, entretanto, era puro blefe. Conforme documentos obtidos posteriormente junto ao acervo do General Franz Halder, membro do Alto Comando da Wehrmacht, a Alemanha Nazista não tinha capacidade de invadir a Tchecoslováquia, algo que talvez só fosse possível em 1943 ou 1945 (Kavka, 1960, p. 125). Ao negociarem com Hitler a respeito dos Sudetos e ao aceitarem seus termos, as potências europeias ocidentais ajudaram o processo de anexação que viria a seguir, aproveitando-se do caráter fraco e burguês do governo tchecoslovaco, comandado pelo presidente Edvard Beneš, que cedeu às pressões políticas externas, desconsiderando tanto o clamor popular quanto o compromisso soviético de honrar o pacto de defesa mútua.

Em 29 de setembro de 1938 foi assinado o famigerado Pacto de Munique, sem a presença de um representante tchecoslovaco. Para além das exigências territoriais da Alemanha Nazista, a região de Těšín foi anexada pela Polônia, enquanto o sul da Eslováquia foi ocupado pela Hungria. Como consequência desse acordo diplomático, a Tchecoslováquia sofreu perdas significativas: um terço de seu território e de sua população e 40% de sua capacidade industrial (Kavka, 1960, p. 125). O Primeiro-Ministro britânico Chamberlain voltou para Londres brandindo orgulhosamente que o Pacto de Munique representava a “paz para o nosso tempo”, desconsiderando o destino de um “pequeno país desconhecido” da Europa Centro-Oriental.

Pouco tempo depois, o presidente Beneš renunciou, sendo eleito em seu lugar o reacionário Emil Hácha,<sup>4</sup> com apoio dos fascistas tchecos. Imediatamente os fascistas do partido de Hlinka, liderado pelo Monsenhor Josef Tiso,<sup>5</sup> pleitearam a independência da Eslováquia. Hitler apoiou a fundação do Estado Eslovaco em 14 de março de 1939 e, um dia depois, o presidente Hácha assinou um acordo em Berlim que colocava “o destino do povo tcheco nas mãos do *Führer* do Grande *Reich* Alemão”, estabelecendo assim o chamado Protetorado da Boêmia e Morávia. As tropas nazistas ocuparam todo o país, e a Tchecoslováquia deixou de existir. Os líderes europeus ocidentais, diante do repúdio popular, apresentaram protestos meramente retóricos, mas reconheceram o governo de fato estabelecido pelos nazistas. Apenas o governo soviético se recusou a reconhecer a ocupação.

Com o decorrer do tempo, no entanto, tentou-se alterar os fatos sobre o Pacto de Munique, atribuindo-o a uma incompetência ou “ingenuidade” de Chamberlain, que temia a possibilidade “real” de uma guerra contra a Alemanha, e a uma “omissão” da URSS em proteger os tchecos. Nem a primeira, nem a segunda explicação se sustentam. Conforme dito anteriormente, havia um acordo tripartite entre França, Tchecoslováquia e União Soviética que os russos estavam dispostos a cumprir sozinhos, a despeito de uma cláusula que estabelecia que os compromissos de defesa soviéticos só eram válidos se a França cumprisse com os seus.

Ainda assim, Moscou declarou oficialmente sua disposição em fornecer assistência militar unilateral à Tchecoslováquia, mesmo diante de possíveis impedimentos por parte da Polônia ou da Romênia quanto à passagem de suas tropas por aqueles países. A condição era que o governo tchecoslovaco se defendesse e solicitasse a ajuda (Deborin, 1966, pp. 25-26). Contudo, tal solicitação jamais se materializou, uma vez que o governo de Beneš já se encontrava alinhado às determinações de Londres, Paris e Berlim. Assim, é possível constatar que as potências ocidentais deliberadamente permitiram o desmembramento tchecoslovaco como parte de uma estratégia de apaziguamento de Hitler e de direcionamento de suas ambições contra a União Soviética.

---

4 Terceiro presidente da Tchecoslováquia, de 1938 a 1939, colaboracionista depois da ocupação.

5 Sacerdote e político eslovaco, presidente da República Eslovaca “Independente”, entre 1939-1945, protetorado da Alemanha Nazista.

## *O Pacto de Não Agressão URSS-Alemanha Nazista*

Um dos maiores ataques à URSS no período da guerra refere-se à assinatura do Tratado de Não Agressão com a Alemanha Nazista, o Pacto Germano-Soviético, também conhecido como Pacto Ribbentrop-Molotov.<sup>6</sup> O documento foi assinado em 23 de agosto de 1939, sendo estereotipado por muitos como o símbolo da “traição soviética diante das democracias ocidentais” e a “comprovação da semelhança entre dois ditadores [Hitler e Stalin] e de seus regimes totalitários” (Silva et al., 2019, p. 57). Também essas afirmações não resistem ao confronto com os fatos.

Primeiro, é preciso entender o contexto histórico e recuar no tempo até a Revolução Russa de 1917. Após a chegada dos bolcheviques ao poder, ocorre uma intervenção estrangeira na Rússia, capitaneada por catorze países, para sufocar a primeira experiência socialista. Na época, o Ocidente forneceu apoio ao Exército Branco, leal à monarquia e ao Czar, dando início, então, a uma longa e bastante sangrenta Guerra Civil (1918-1921).

Esses eventos e a Paz de Brest Litovsk (1918) com a Alemanha – em guerra contra a Rússia desde 1914 – resultaram na cessão de vários territórios, como a região ocidental da Ucrânia e de Belarus, além de Lituânia, Letônia, Estônia etc. Boa parte dessas perdas territoriais russas acabaram, por sua vez, favorecendo a Polônia. Após deixar de existir como entidade política soberana em 1795, em decorrência de uma partilha entre potências vizinhas, a Polônia ressurgiu como um Estado nacional durante as negociações do Tratado de Versalhes (1918), obtendo importantes territórios até então pertencentes à Rússia e à Alemanha.

Os limites fronteiriços poloneses foram estabelecidos de forma negociada entre os países, sendo que um representante do governo inglês, o General Curzon, estabeleceu uma divisão territorial a leste que passou a ser conhecida como linha Curzon, bastante draconiana para a Rússia Soviética, mas que ainda assim não satisfaz o governo polonês. Desejando ampliar seu território para o leste, a Polônia, comandada por Jozef Pilsudski,<sup>7</sup> acabou por

6 Em referência aos signatários, Joachim Ribbentrop, Ministro das Relações Exteriores do Terceiro Reich, e Vyacheslav Molotov, Ministro das Relações Exteriores da URSS.

7 Primeiro presidente e posteriormente ditador da Polônia após sua independência, em 1918, instaurou um regime fascista após um golpe de Estado em 1926.

envolver-se em conflitos com a Rússia Soviética, obrigando os bolcheviques a assinarem o Tratado de Riga em 1922. Foram estabelecidos novos limites, que desrespeitavam a linha Curzon, de modo que a Polônia ganhou territórios mais a leste, pertencentes à Rússia e que deveriam fazer, então, parte da URSS, criada nesse mesmo ano. O imperativo de sobrevivência do Estado soviético e o risco de isolamento diplomático, em um contexto de devastação pós-guerra e de cerco econômico internacional, foram fatores determinantes para que a União Soviética aceitasse concessões territoriais tão significativas.

Retomando a análise do período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, é importante destacar que o Acordo de Munique gerou reações positivas nos círculos empresariais e governamentais norte-americanos, a ponto de representantes dos Estados Unidos e corporações privadas, como a General Motors, congratularem Hitler por sua suposta “habilidade” diplomática. Segundo o Subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Sumner Welles, *in verbis*:

*Naqueles anos de pré-guerra, os grandes grupos financeiros e comerciais das democracias ocidentais, inclusive numerosos grupos dos Estados Unidos, estavam persuadidos que a guerra entre a União Soviética e a Alemanha só poderia ser favorável a seus próprios interesses. Estimavam que a Rússia sofreria uma derrota inevitável e que o comunismo seria aniquilado. Mas em consequência do conflito, a Alemanha ficaria tão enfraquecida que, por longos anos, seria incapaz de apresentar um perigo real para o resto do mundo (Deborin, 1966, p. 28).*

Em 15 de março de 1939, os alemães quebraram definitivamente os acordos de Munique e, não satisfeitos com os Sudetos, ocuparam toda a Tchecoslováquia e, posteriormente, o porto de Kalipeda, no mar Báltico, território até então pertencente à Lituânia. Winston Churchill, ex-Primeiro-Ministro britânico e ferrenho anticomunista, percebeu a política equivocada de Chamberlain de tentar direcionar a Alemanha à guerra com a URSS, pondo em risco todos os interesses geopolíticos ingleses. Posteriormente, reconheceu que tal desprezo à União Soviética deixou marcas na mente de Stalin (Silva et al., 2019, p. 67).

Com a ocupação da Tchecoslováquia pela Alemanha, a Inglaterra começou a se mover na direção da URSS. Em 18 de março de 1939, Lorde Halifax, Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, procurou o embaixador soviético em Londres, Ivan Maisky, para sondar qual seria a postura soviética caso a Romênia fosse alvo de uma agressão não provocada. O governo soviético respondeu imediatamente, propondo uma conferência em Bucareste com a participação do Reino Unido, da França, da própria União Soviética e da Romênia. O governo britânico rejeitou a proposta, contudo apresentou uma contraproposta que consistia em um comunicado conjunto anglo-franco-soviético-polonês acerca da elaboração de uma ação unificada na eventualidade de uma ameaça à independência política de qualquer Estado europeu. A União Soviética manifestou sua anuência, condicionando-a à participação polonesa no acordo. No entanto, em 1º de abril, o Primeiro-Ministro Chamberlain comunicou ao embaixador Maisky que havia descartado tal iniciativa diplomática (Werth, 1966, p. 35).

É preciso destacar que o governo polonês era de orientação fascista, portanto fortemente anticomunista e antirruso. Nesse contexto, a Polônia mantinha uma postura diplomática ambivalente, demonstrando receio em relação à Alemanha Nazista, sem, contudo, dispor-se a estabelecer acordos com a União Soviética. A existência de um pacto de defesa mútua entre a Grã-Bretanha e a Polônia constituía o principal fundamento da postura diplomática polonesa. Apesar das crescentes pressões parlamentares, Chamberlain mantinha-se reticente quanto à possibilidade de uma cooperação anglo-soviética, desconsiderando, inclusive, os indicadores da opinião pública britânica, que demonstravam expressivo apoio popular (84%) a uma maior aproximação com a União Soviética. Quinze dias após apresentar garantias à Polônia, o Ministério das Relações Exteriores britânico sugeriu aos soviéticos que dessem a esta, à Romênia, à Grécia e a quem mais quisesse uma garantia individual contra a agressão alemã. No entanto, seriam esses países e não a própria União Soviética que decidiriam que auxílio lhes seria mais conveniente. Obviamente isso era inaceitável para a URSS (Werth, 1966, p. 38).

Para os soviéticos, a proposta francesa era mais palatável, representada por um tratado franco-soviético englobando a Romênia e a Polônia, já que a Daladier não agradava a solução britânica imposta por Chamberlain. O

governo soviético fez, portanto, uma síntese das propostas, resultando na sugestão de assinatura de uma aliança franco-britânica-soviética que vigoraria por cinco ou dez anos, prevendo ampla assistência mútua, inclusive militar, em caso de agressão a um dos membros do pacto, estendendo-se também aos Estados da Europa Oriental que faziam fronteira com a URSS do mar Báltico ao mar Negro. Novamente, Chamberlain rejeitou essa possibilidade.

Em suma, a política soviética caracterizava-se por sua natureza defensiva e pela oposição à guerra. No entanto, caso a guerra se mostrasse inevitável, quanto mais os soviéticos pudessem protelar sua participação, melhor seria para sua estratégia de defesa. Em todo caso, o anticomunismo prevalente no cenário internacional obstava a formação de uma frente antifascista, e o governo soviético temia um confronto isolado com a Alemanha de Hitler, possivelmente com apoio tácito ou explícito das democracias capitalistas. Tal cenário poderia culminar inclusive em uma guerra em duas frentes, ante o expansionismo japonês na Ásia (Silva et al., 2019, p. 66).

No final de maio, em reunião do Soviete Supremo, foi anunciado o aumento do orçamento de defesa e foram feitas análises sobre a postura vacilante da Inglaterra e da França, bem como sobre a possibilidade de fazer acordos com ambos os países. Paralelamente, a imprensa soviética mantinha críticas sistemáticas à ocupação nazista na Europa Central e Oriental e às práticas repressivas do regime hitlerista. Enquanto isso, a diplomacia alemã também buscava mover suas peças nesse complexo tabuleiro europeu e necessitava continuar operando a sua máquina de guerra, conquistando novos territórios, justamente para manter os índices de desenvolvimento que alcançara desde metade dos anos 1930.

O objetivo de Hitler para o Leste, por sua vez, continuava sendo a exploração das terras férteis, dos campos de petróleo e dos minérios soviéticos, com a submissão dos eslavos e o fim da experiência “judaico-bolchevique” na Europa. Seja como for, o governo soviético foi sondado por diplomatas alemães em abril de 1939, ao mesmo tempo que o governo nazista entabulava conversações com os ingleses entre junho e agosto desse mesmo ano, propondo a manutenção do Império Britânico, desde que fosse respeitada a vontade alemã na Europa Oriental. No âmbito dessas conversações, por sua

vez, foi ressaltada a necessidade de o governo inglês romper contato com a URSS, convencendo também os franceses de fazerem o mesmo. Portanto, ao contrário do que é propagado pelo revisionismo ocidental, o objetivo final do Terceiro Reich era primeiro o isolamento e depois a destruição da URSS. Hitler chegou até mesmo a realizar a seguinte declaração, *in verbis*:

*Tudo o que empreendo é voltado para a Rússia. Se o Ocidente é demasiado estúpido e cego para entender isso, serei obrigado a chegar a um entendimento com os russos e derrotar depois o Ocidente, de modo que após a sua derrota eu possa voltar-me contra a União Soviética com todas as forças por mim reunidas. (Silva et al., 2019, p. 71)*

A despeito da sabotagem praticada pelos governos inglês e francês, a URSS seguia tentando estabelecer acordos para a formação de uma frente antifascista. No dia 9 de junho, pressionado, Chamberlain discursou na Câmara dos Comuns informando sobre o envio de uma missão à Moscou para retomar as negociações. No mesmo dia, Churchill escreveu um artigo incentivando um pacto com a URSS. Já o embaixador soviético em Londres, Maisky, havia procurado Lorde Halifax com um convite urgente do governo da URSS para que aquele fosse a Moscou pessoalmente para negociar e assinar o acordo.

Halifax evadiu-se de oferecer qualquer resposta substantiva. Em contraste com as negociações com Hitler, para as quais o governo britânico designava representantes do alto escalão, como Halifax e o próprio Chamberlain, para Moscou foi enviado Mr. William Strang, um funcionário de médio escalão do Ministério das Relações Exteriores, em missão que levaria seu nome. A imprensa e a oposição parlamentar criticaram severamente tal decisão, interpretando-a como uma clara demonstração do baixo nível de prioridade que o Reino Unido atribuía às negociações com a União Soviética.

As negociações não avançaram, como já era esperado, e, em 23 de julho, Molotov sugeriu que Inglaterra e França enviassem uma missão militar a Moscou. Os soviéticos precisavam de garantias concretas para evitar um ataque alemão na direção leste, para cima da Polônia, dos Estados Bálticos e da Romênia,

numa frente que iria do Báltico até o mar Negro e que poderia ocorrer sob o olhar omissivo das potências ocidentais sentadas atrás da Linha Maginot.<sup>8</sup>

Em 12 de agosto, depois de onze dias de preparação e seis dias de viagem por navio até Leningrado, chegou a Moscou a missão militar anglo-francesa, chefiada pelo Almirante Drax e pelo General Doumenc, tendo uma recepção de gala, com direito a banquete na companhia de Voroshilov, Shaposhnikov, Budionny, Timoshenko,<sup>9</sup> os Chefes das Regiões Militares de Kiev e da Bielorrússia e dirigentes da Marinha e da Força Aérea (Werth, 1966, p. 52). No entanto, não passou despercebido aos soviéticos que foram enviados generais e almirante prestes a serem reformados ou detentores de postos de importância secundária. Além disso, após muita insistência por parte dos soviéticos, descobriu-se que nem o Almirante Drax, nem o General Doumenc tinham poderes para assinar qualquer acordo com a URSS.

O princípio que norteava as propostas soviéticas para o acordo de assistência mútua não era apenas o da reciprocidade, mas também o da igualdade dos esforços de guerra por todos os lados envolvidos. Entretanto, quando Shaposhnikov apresentou a posição soviética, foi surpreendido pela resposta desconcertante da delegação britânica. Ao detalhar que a URSS mobilizaria contra o agressor 120 divisões de infantaria, dezesseis de cavalaria, 5 mil canhões médios e pesados, 9 mil a 10 mil tanques e 5 mil a 5,5 mil aviões de caça e bombardeio, recebeu como contrapartida da parte do General Heywood da Missão Militar Britânica a mobilização de cinco divisões de infantaria e uma mecanizada (Werth, 1966, p. 55). Isso era uma clara demonstração da má vontade dos britânicos para fechar um acordo com a URSS. Ao mesmo tempo, os representantes anglo-franceses retardavam as consultas com seus governos, que sempre esgrimiam a resistência polonesa à URSS como obstáculo, sendo que em momento algum se propuseram a dialogar com o governo polonês.

---

8 A Linha Maginot foi uma linha de fortificações e de defesa de 200 km de extensão construída pela França ao longo de sua fronteira com a Alemanha entre 1930 e 1936.

9 Kliment Voroshilov, Marechal da União Soviética e Ministro da Defesa; Boris Shaposhnikov, Marechal da União Soviética e chefe do Estado-Maior; Semion Budionny, Marechal da União Soviética e Comandante do Distrito Militar de Moscou; Semion Timoshenko, General e Comandante da região ocidental.

A proposta apresentada por britânicos e franceses limitava-se a sugerir que, em caso de ataque nazista à Polônia, a União Soviética declarasse guerra à Alemanha, restringindo, contudo, suas ações militares até que as forças alemãs alcançassem suas fronteiras. Tal proposição evidenciava que o objetivo primordial não era a defesa da Polônia, mas sim precipitar um conflito entre a União Soviética e a Alemanha. Em 17 de agosto, as negociações foram suspensas por mais quatro dias, uma vez que os diplomatas britânicos e franceses precisavam aguardar os posicionamentos de seus governos, que demonstravam clara morosidade em suas tratativas com os soviéticos.

Considerando que o Exército Vermelho, sob o comando do Marechal Georgy Zhukov, já estava empenhado em operações militares contra forças japonesas que haviam invadido a Mongólia (aliada soviética e signatária de um tratado comercial e militar desde maio de 1936), a União Soviética ficou ainda mais preocupada quanto à possibilidade de um conflito em duas frentes.

Finalmente, no dia 23 de agosto, Ribbentrop, Ministro das Relações Exteriores do Terceiro Reich, chegou a Moscou para iniciar a construção de um pacto com os soviéticos. Os contatos já haviam se iniciado em 30 de maio, mas os soviéticos rejeitaram qualquer acordo com os alemães, enquanto ainda acreditavam nas negociações com Inglaterra e França. Entretanto, em 3 de agosto, Ribbentrop abordou os soviéticos propondo um protocolo secreto que dividia em esferas de influência toda a região entre o mar Negro e o Báltico. Esta não era uma demanda soviética, motivo pelo qual a proposta alemã fora rejeitada em 7 de agosto. Contudo, a Alemanha, decidida a atacar a Polônia, estava impaciente com a relutância da URSS, conforme telegramas trocados entre Ribbentrop e a Embaixada Alemã em Moscou.

Em 15 de agosto, o embaixador alemão em Moscou, Conde von Schulenburg, propôs novo protocolo com definição de áreas de influência, e novamente o governo soviético rejeitou. Finalmente, em meio à estagnação nas negociações entre soviéticos, ingleses e franceses, como já descrito, Hitler enviou, em 20 de agosto, um telegrama a Stalin pedindo que recebesse Ribbentrop dia 22 ou dia 23 de agosto. Em 19 de agosto, foi anunciada a assinatura de um acordo comercial entre a URSS e a Alemanha Nazista (os países ocidentais também tinham acordos equivalentes com o Terceiro Reich), o que já era praticamente um preâmbulo do pacto futuro.

Foi então que, em 23 de agosto de 1939, ocorreu a assinatura do Pacto de Não Agressão Germano-Soviético, com vigência prevista de dez anos. Embora tenha causado surpresa na Europa, o acordo revelou-se uma consequência previsível diante da prolongada negligência das potências ocidentais nas negociações com os soviéticos semanas antes. O pacto proporcionava à União Soviética um intervalo estratégico para se preparar para o confronto que ambos os signatários consideravam inevitável.

Poucos dias depois, em 1º de setembro de 1939, a Alemanha invadia a Polônia, sem que a Grã-Bretanha tivesse empreendido ações militares efetivas em sua defesa, apesar do acordo de assistência mútua existente com aquele país. Como consequência, o governo polonês fugiu vergonhosamente para Londres, abandonando a população à sua própria sorte. Conforme o protocolo secreto acordado com a Alemanha, a URSS ocupou a parte oriental da Polônia que englobava a Ucrânia e a Belarus Ocidentais. Os soviéticos insistiram que só realizariam essa operação quando estivessem devidamente preparados, uma vez que ainda havia conflitos com forças japonesas na Mongólia, na região do rio Khalkhin-Gol, e diante do completo colapso do Estado polonês.

Assim a URSS recuperava territórios perdidos décadas antes, mas se mantendo nos limites da linha Curzon, necessária frente de defesa à ameaça nazista (Silva et al., 2019, pp. 72-73). Deve-se destacar que essas novas fronteiras permanecem até os dias atuais, não havendo reivindicação por parte da Polônia à Ucrânia e à Belarus de territórios que lhe pertenceram entre 1922 e 1939. Foram posteriormente estabelecidas bases militares soviéticas na Estônia, na Lituânia e na Letônia, que, por meio de plebiscitos subsequentes, foram incorporadas à URSS.

Inglaterra e França cinicamente protestaram contra o pacto e as ações da URSS, plantando o germe do revisionismo que prosseguiu até os dias de hoje. Entretanto, o próprio Churchill reagiu aos eventos de forma coerente e explícita à época, *in verbis*:

*Não há dúvida [...] de que a Grã-Bretanha e a França deveriam ter aceitado a proposta russa [...]. A aliança da Inglaterra, França e Rússia, em 1939, teria despertado o mais profundo alarme no*

*coração da Alemanha [...]. Hitler não ousaria atirar-se numa guerra em duas frentes [...] Se, por exemplo, Mister Chamberlain, tivesse dito, ao receber a proposta russa: “sim, unamo-nos os três e torçamos o pescoço de Hitler” [...] a história poderia ter tido um curso diferente. (Silva et. al., 2019, p. 75)*

Churchill ainda via como justificável a presença soviética na Polônia, assim dizendo que “os exércitos soviéticos se manterem nesta linha é claramente necessário para a segurança da Rússia, em face da ameaça nazista. Em todo o caso, a linha está aí, e uma frente do Leste fora criada para que a Alemanha Nazista não ouse atacar” (Silva et al., 2019, p. 77). O historiador militar britânico B. H. Liddell Hart caracterizou, de modo bastante objetivo, as negociações anglo-franco-soviéticas, que acabaram fracassando por conta da hesitação ocidental:

*A única possibilidade de evitar a guerra consistia em assegurar o apoio da Rússia, a única potência capaz de ajudar diretamente a Polônia e de deter assim Hitler. Mas, apesar da gravidade da situação, a Inglaterra agia frouxa e desonestamente. Chamberlain sentia aversão pela Rússia soviética, Halifax uma antipatia religiosa. Além disso, ambos subestimavam a força da Rússia. (Riábov, 1983)*

Seja como for, o tratado germano-soviético fora estabelecido entre adversários estratégicos que aguardavam, cada qual dentro de sua própria lógica política e ideológica, o momento propício para o enfrentamento decisivo. Na prática, as relações entre ambos os Estados permaneceram caracterizadas pela desconfiança e pela tensão desde sua implementação inicial.

Outra crítica ao pacto germano-soviético é que ele não foi apenas um tratado militar e sim econômico,<sup>10</sup> mostrando “a proximidade de nazismo e comunismo, com Stalin e a URSS sustentando Hitler e a Alemanha Nazista”.

---

10 O acordo comercial estabelecia que fossem fornecidos cobalto e alumínio, máquinas pesadas e armamentos para a URSS, permitindo então que esta tivesse acesso à tecnologia militar alemã em troca de cereais e petróleo. Essa transação comercial representava, em janeiro de 1940, menos de 2% das importações totais alemãs.

Entretanto, a URSS não era a primeira a fazê-lo, tendo em vista os acordos realizados entre os alemães e o Reino Unido em anos anteriores, como é o caso do acordo naval assinado em 1935. Portanto, a única traição de que se pode falar foi a do Ocidente, nos moldes do Pacto de Munique, tendo a URSS única e exclusivamente ganhado tempo para reforçar suas defesas e se preparar para um conflito sabidamente inevitável com a Alemanha de Hitler.

## *A Guerra de Inverno*

A Guerra de Inverno, entre a URSS e a Finlândia, é outro tema eivado de falsificação. O Ocidente sempre buscou usar esse conflito como biombo para o seu papel vergonhoso no início da Segunda Guerra Mundial e tentar desqualificar a União Soviética e o Exército Vermelho. A Finlândia era pintada como um David enfrentando um Golias, ainda que as Forças Armadas soviéticas fossem consideradas ineficientes, incompetentes e desorganizadas. Nada mais longe da realidade.

Fato é que, após o Pacto de Não Agressão com a Alemanha, a União Soviética intensificou suas preocupações estratégicas em relação à sua extensa fronteira com a Finlândia. Esta, além de possuir um governo de orientação fascista, recebia apoio da Alemanha Nazista, da Grã-Bretanha e da França em seus preparativos militares, representando uma potencial ameaça à União Soviética, especialmente na direção de Leningrado (localizada a apenas 32 quilômetros da fronteira finlandesa) e Murmansk. No istmo da Carélia, por sua vez, os finlandeses haviam estabelecido um complexo sistema de fortificações denominado Linha Mannerheim,<sup>11</sup> enquanto nas regiões meridional e oriental do país foram construídas vias estratégicas que levavam diretamente à fronteira soviética (Deborin, 1966, p. 55).

Diante da ameaça iminente, a União Soviética iniciou negociações diplomáticas com a Finlândia em 12 de outubro de 1939. No entanto, os Estados Unidos interferiam diretamente nesse processo, fornecendo orientações à delegação finlandesa por meio de sua embaixada em Helsinque, que recebia informações imediatas sobre o andamento das negociações. Não obstante, a

---

<sup>11</sup> Em homenagem a Carl Gustaf Emil Mannerheim, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas da Finlândia à época.

própria Alemanha Nazista aliou-se a Estados Unidos, Grã-Bretanha e França numa pressão diplomática sobre o governo finlandês para que este não estabelecesse acordo com a União Soviética.

Inicialmente Moscou propôs um tratado de assistência mútua que foi recusado pelo governo finlandês. Depois propôs uma troca de territórios, com a transferência das fronteiras finlandesas para o norte do istmo da Carélia, enquanto o país receberia uma região da Carélia soviética duas vezes maior. O governo soviético também solicitou um pequeno setor da entrada do Golfo da Finlândia, que seria arrendado. Nada disso atentava contra a independência e a soberania da Finlândia, mas ainda assim o governo finlandês travou as conversações e iniciou provocações contra a União Soviética com a implantação de grandes unidades militares ao longo da fronteira e bombardeio sistemático de unidades soviéticas aquarteladas nos arredores de Leningrado. Esse tipo de reação só era possível mediante o estímulo e o apoio das potências citadas.

Merece destaque aqui o relato do historiador britânico Alexander Werth, que, em 1945, em conversas com Juho Kusti Paasikivi e Urho Kekkonen, futuros presidentes da Finlândia e defensores de uma política de aproximação com a União Soviética, registrou que ambos haviam considerado as propostas soviéticas moderadas e razoáveis, afirmando que o conflito poderia ter sido evitado caso suas perspectivas tivessem prevalecido (Werth, 1966, p. 88). Em 30 de novembro, após um discurso de Molotov pelo rádio declarando guerra à Finlândia, se iniciaram as operações militares de inverno.

A despeito da disparidade gigantesca entre ambos os países, o teatro de operações era coberto de numerosos lagos e de grandes extensões florestais, o que dificultava o desenvolvimento de manobras complexas. Em meados de dezembro, as tropas soviéticas tomaram Petsamo, cidade da região de Murmansk, mas de resto penavam para avançar sobre o istmo da Carélia ou pela Finlândia Central, uma vez que a resistência era dura e a Linha Mannerheim era bem mais sólida do que o inicialmente previsto. A neve em certos pontos atingia de 1,6 m a 1,9 m de profundidade, impedindo o avanço, e as tropas soviéticas não estavam treinadas para se movimentarem em esquis como as tropas finlandesas. Assim, inicialmente houve muitas baixas e, em janeiro, a ofensiva foi detida. Entretanto, já em 28 de dezembro de 1939, o governo finlandês se dirigiu ao governo dos Estados Unidos, solicitando que servisse de

intermediário para a negociação de um tratado de paz. Os Estados Unidos, no entanto, prontamente repeliram qualquer tentativa nesse sentido.

Os países ocidentais tentaram a todo custo transformar a guerra soviético-finlandesa numa cruzada antissoviética. É preciso destacar que a essa altura dos acontecimentos a Segunda Guerra Mundial já havia começado, com a Polônia totalmente ocupada em 30 de setembro. Ainda assim, não houve qualquer ataque sério por parte de ingleses e franceses contra a Alemanha. As operações aéreas desses países se resumiam a lançar panfletos sobre o território alemão, nos quais se condenava Hitler por não ter mantido suas promessas. Houve algumas escaramuças navais apenas.

No final de 1939, as perdas totais das Forças Armadas francesas chegaram a 1.433 homens. As forças expedicionárias britânicas tinham perdido somente três homens (Deborin, 1966, p. 56). Isso dá uma ideia do engajamento anglo-francês contra Hitler no início do conflito. Cynicamente, essas duas potências correram para convocar a Assembleia da Liga das Nações em 9 de dezembro. Em 14 de dezembro, reuniu-se o Conselho da Liga das Nações e, com o apoio de três países recém-incluídos na organização e alinhados com a Inglaterra, sete dos quinze membros votaram pela exclusão da União Soviética (que se recusou a participar da reunião) por conta da guerra.<sup>12</sup>

O Ocidente, que fora omissivo e conivente com as agressões japonesas, alemãs e italianas, resolveu de maneira cínica condenar a URSS por um conflito estimulado pelas próprias lideranças ocidentais. Enquanto isso, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França intensificaram o fornecimento de armamentos à Finlândia, tendo sido estabelecido em território norte-americano um “Comitê de Assistência à Finlândia”, comandado pelo ex-presidente Herbert Hoover. O governo norte-americano concedeu à Finlândia um empréstimo de 10 milhões de dólares, além de estabelecer condições especiais para a venda de armamentos, enquanto instituições bancárias disponibilizaram múltiplas linhas de crédito suplementares. Adicionalmente, foram organizadas campanhas de recrutamento de voluntários para atuarem na Guerra de Inverno.

A Grã-Bretanha e a França, os mesmos países que não haviam protegido seus supostos aliados europeus contra Hitler e que conduziam uma guerra

---

12 A exclusão não era meramente simbólica, mas visava ampliar a ajuda à Finlândia.

defensiva contra a Alemanha Nazista, planejavam uma operação militar contra o território soviético. A ofensiva estava prevista para 15 de março de 1940, devendo ocorrer, simultaneamente, a partir do Oriente Médio em direção a Baku (capital do Azerbaijão) e do território finlandês. Tropas inglesas e francesas encontravam-se concentradas na Síria e no Iraque. A pedido do governo francês, o General Gamelin elaborou um plano estratégico detalhado, que envolvia Turquia, Irã, Romênia, Grécia e Iugoslávia. A coordenação direta das operações militares estava sendo conduzida *in loco* pelo General Weygand (Deborin, 1966, p. 58). A mídia ocidental falava abertamente numa guerra contra a URSS. O jornal francês *Le Temps*, inclusive, relatava tais planos, conforme evidenciado no seguinte excerto:

*Primeiramente, uma esquadra anglo-francesa percorreria as costas do Oceano Glacial, bloqueando Murmansk e impedindo, deste modo, ao mesmo tempo, que os alemães se utilizem daquele porto e os russos reforcem por mar seus destacamentos na Lapônia. Depois, forças terrestres francesas e britânicas, pouco numerosas, mas bem treinadas e equipadas para uma campanha na zona ártica, desembarcariam perto de Petsamo e uniriam seus esforços aos dos finlandeses para rechaçar os vermelhos da região. Também, dever-se-ia conjugar a intervenção na Finlândia com uma potente manobra militar efetuada em alguma parte da imensidão do império soviético. A região mais indicada para semelhante operação é o Mar Negro, acessível às construções das forças aliadas. (Deborin, 1966, pp. 58-59)*

Para invadir a União Soviética via Finlândia, a Inglaterra e a França organizaram um corpo especial de expedicionários que atravessariam a Suécia e a Noruega. No início de março de 1940, o governo inglês solicitou a esses países permissão para a passagem das tropas anglo-francesas por seus territórios. Entretanto, a URSS também contactou os dois países escandinavos, mostrando-lhes que ações nesse sentido violariam a posição de neutralidade assumida e afetariam as relações entre as partes. Ante a essas advertências, tanto o governo sueco quanto o governo norueguês demoraram a responder a ingleses e franceses.

Nesse contexto, o Marechal Timoshenko, designado Comandante-em-Chefe, coordenou durante o mês de janeiro o planejamento para a ruptura da Linha Mannerheim, mobilizando reforços significativos em engenharia militar, unidades blindadas, artilharia, força aérea, cavalaria e infantaria. Uma das operações táticas previstas consistia no emprego de três divisões de infantaria, apoiadas por unidades blindadas e cavalaria, para executar uma manobra de flanqueamento da Linha Mannerheim na região de Vyborg, através do Golfo da Finlândia congelado (Werth, 1966, p. 97).

Em 11 de fevereiro se iniciou o ataque à Linha Mannerheim com pesado bombardeio de artilharia, tendo os soviéticos inicialmente capturado e destruído muitas casamatas, vencendo a forte resistência dos finlandeses e conseguindo uma ruptura numa frente de 8 milhas. Em 21 de fevereiro, o setor oriental da fortificação foi ultrapassado, e as tropas soviéticas se reagruparam para receber reforços. Em 28 de fevereiro, as operações se reiniciaram, com o Exército Vermelho ultrapassando áreas inundadas pelos finlandeses e atingindo a estrada Vyborg-Helsinque. Nesse momento foi quebrada a resistência principal do Exército finlandês e, em 4 de março, Mannerheim comunicou ao governo finlandês que não era mais possível resistir, havendo a possibilidade de, no dia seguinte, as tropas soviéticas ocuparem Helsinque.

Finalmente, em 12 de março de 1940, foi assinado em Moscou um Tratado de Paz Fino-Soviético. Cessaram as operações militares, com o compromisso das partes de não mais atacar uma à outra. A Finlândia se obrigou, como previsto no tratado de 1920, a não manter em suas águas da costa do oceano Glacial Ártico submarinos e aviões, mas apenas navios com pouco calado e tonelagem limitada (Deborin, 1966, p. 60). No entanto, sendo consequência de uma guerra, as condições de cessão territorial foram mais duras do que as originais: a URSS anexou todo o Istmo da Carélia, incluindo Vyborg, várias ilhas, parte da Península de Rybachi no Ártico, a oeste de Murmansk, e o setor setentrional do Lago Ladoga. Assim a fronteira soviético-finlandesa foi recuada a 150 km de Leningrado. Além disso, a URSS recebia uma concessão de trinta anos sobre o porto de Hangö para o estabelecimento de uma base naval. Entretanto, os finlandeses receberam a compensação territorial conforme prometido, obtendo mais do que perderam.

A paz frustrou o Ocidente, que fez de tudo para justificar o envolvimento de todas as potências capitalistas mais a Alemanha Nazista para direcionar todo o conflito contra a URSS. Entretanto, isso não fez com que desistissem, seguindo com seus planos contra a União Soviética ainda que cientes de que Hitler avançaria sobre Bélgica, Holanda e França, por meio de documentos capturados em um avião alemão que fez pouso forçado em território belga em 10 de janeiro de 1940 (Deborin, 1966, p. 60).

Como disse o General francês Charles de Gaulle em suas memórias a respeito da guerra, *in verbis*: “É preciso dizer que alguns meios preferiam ver um inimigo em Stalin do que em Hitler. Preocupavam-se mais com os meios de ferir a União Soviética, quer ajudando a Finlândia, quer bombardeando Baku, quer desembarcando em Istambul, do que acabar com o Reich” (Deborin, 1966, p. 61). Portanto, mais uma vez se vê a manipulação dos fatos, que busca caracterizar a Guerra de Inverno como uma agressão injustificada da União Soviética contra uma nação menor, estabelecendo assim uma equivalência injustificável com a Alemanha Nazista. Conforme demonstrado nesta análise, a Finlândia tornou-se um instrumento estratégico na confrontação das potências ocidentais e da Alemanha de Hitler contra o Estado socialista. As alegações sobre a suposta ineficiência e desorganização das forças soviéticas nas operações terrestres, aéreas e navais não encontram respaldo histórico, excetuando-se a fase inicial das operações, quando subestimou-se a capacidade de resistência finlandesa, amplamente fortalecida pelo apoio expressivo ocidental e alemão.

### *Considerações finais*

Ainda que de forma bastante resumida, esta análise demonstra que o revisionismo histórico, ao longo do período pós-guerra e, mais acentuadamente, após a dissolução da União Soviética, buscou sistematicamente atribuir a responsabilidade pelo início da Segunda Guerra Mundial a Moscou. As acusações levianas eivadas de manipulações ainda são bastante difundidas até os dias atuais, desconsiderando evidências documentais da época, bem como declarações, depoimentos e pronunciamentos dos atores históricos envolvidos.

A omissão e a cumplicidade dos aliados ocidentais com o nazifascismo seguiu no pós-guerra e se estende até hoje, desde o refúgio dado a milhares de criminosos de guerra até a tolerância com grupamentos de extrema-direita, alguns abertamente neonazistas. O Ocidente sempre tolerou o nazismo e o fascismo por serem uma das expressões possíveis do capitalismo e uma arma a ser utilizada contra os comunistas, os socialistas e a esquerda de um modo geral. Somente o uso das fontes ignoradas pelos revisionistas permite-nos combater essa desinformação e restaurar a verdade histórica, ou seja, o papel decisivo e heroico da URSS na Segunda Guerra Mundial e sua contribuição fundamental para salvar a humanidade do nazismo.

## Referências

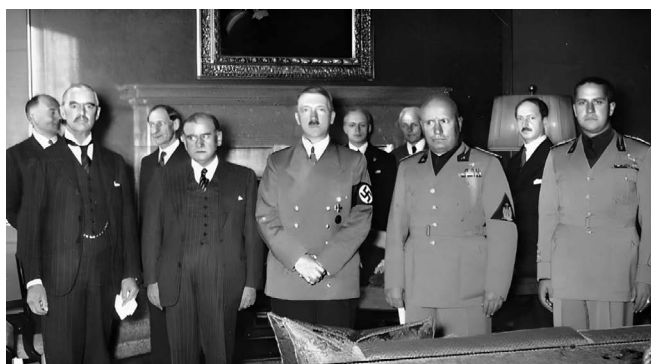
Deborin, G. (1966). *Segunda Guerra Mundial*. Fulgor.

Kavka, F. (1960). *An outline of Czechoslovak history*. Orbis.

Riábov, V. (1983). *O grande feito do povo soviético e do seu exército*. Edições Progresso.

Silva, F. C. T., Pitillo, J. C. P., & Vinhas, R. Q. (2019). *A Grande Guerra Patriótica dos soviéticos*. Multifoco.

Werth, A. (1966). *A Rússia na guerra: 1941-1945* (Vol. 1). Civilização Brasileira.



**Figura 1.1** – Da esquerda para a direita: Chamberlain, Daladier, Hitler, Mussolini e Ciano retratados antes da assinatura do Acordo de Munique (1938), que cedeu os Sudetos à Alemanha.



**Figura 1.2** – Vyacheslav Molotov, ministro das Relações Exteriores soviético, assina o Pacto Molotov-Ribbentrop.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).



**Figura 1.3** – Soldados soviéticos durante a Guerra de Inverno.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).